



292100

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES

RESPOSTAS ANEXO II

1. Liste os objetivos e especifique as metas mais importantes do Programa, Projeto ou Atividade por ordem de prioridade.

Objetivos:

A Comissão de Execução Orçamentaria - CEO - foi instituída pelo Decreto Municipal no. 4.834/99 de 22 de janeiro de 1999¹ e tem por objetivo geral:

"analisar e avaliar a contratação de despesas, inclusive a renovação por aditamento de contratos, em relação ao Plano de Governo que está expresso nas Diretrizes Orçamentárias, nas programações orçamentárias, nas prioridades levantadas pelo processo de Orçamento Participativo e nos valores das quotas trimestrais de cada Órgão fixadas pelo Decreto de Execução Orçamentária".

Objetivos específicos:

1. *Proceder uma paulatina e progressiva descentralização das atribuições de execução e controle da execução das despesas de cada órgão da municipalidade;*
2. *Aperfeiçoar as normas disciplinadoras da execução orçamentária, visando ao correto cumprimento do Orçamento - Programa, aprovado na Lei orçamentária anual, o qual se constitui o principal instrumento viabilizador e orientador das ações planejadas da atual Administração;*
3. *Garantir que a realização da despesa deverá condicionar-se ao sistema de controles institucionalizados, que permitam assegurar o adequado domínio do controle geral e analítico da execução orçamentária, com vistas a uma maior eficiência na administração financeira da municipalidade, por último;*
4. *Garantir que a efetiva realização das despesas deverá condicionar-se ao fluxo de ingressos mensais de receitas e à situação financeira global da municipalidade.*

Metas:

As metas previstas para a Comissão de Execução Orçamentária para 1999 e 2000 são diretas e refletem a realidade do município.

Para o ano de 1999 foram estabelecidas duas metas:

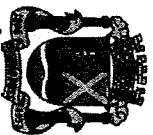
1. A primeira meta era reduzir o déficit total que historicamente consolidado em um patamar entre 6,0% (seis por cento) e 9,0% (nove por cento) para um limite máximo de 3% (três por cento) sem comprometer os investimentos sociais previstos, o atual processo de reconversão econômica do município e recuperação de infra-estrutura urbana;
2. A segunda meta, estabelecida ainda em 1998, era transformar o orçamento em um instrumento concreto de planejamento aprimorando as projeções de receita e despesa no sentido de aproximar o valor do orçamento apresentado na Lei Orçamentária com o realizado ao longo do ano.

Para o ano 2000 foram estabelecidas três metas:

1. *Alcançar o equilíbrio concreto das contas públicas aproximando de zero o déficit público total;*
2. *Considerando a discussão no Congresso Nacional da Lei de Responsabilidade Fiscal e trabalhando com o cenário de sua concreta implantação e vigência ainda no ano 2000 definiu-se como meta complementar da CEO é adequar seu formato de atuação aos parâmetros da nova Lei ainda no primeiro semestre de 2000, e;*
3. *Consolidar a peça orçamentária como instrumento eficiente de planejamento respeitando as instâncias de participação popular.*

¹ Ver em Anexo Decreto no. 4.834/99 - Decreto de Execução Orçamentária - DEO.

² Os valores das Quotas Trimestrais é definido em anexo ao DEO.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES

2. Descreva o funcionamento do programa, projeto ou atividade e aponte quais as suas frentes de atuação
Em primeiro lugar é bom destacar como é composta a CEO. A Comissão de Execução Orçamentária foi formada pela Chefe de Gabinete da Prefeitura, pelo Assessor Técnico do Gabinete da Prefeitura, Secretário de Administração e Secretário de Finanças. (Artigo 3º DEO)

O mecanismo de controle inicial se baseia na Programação Trimestral e na Reserva Orçamentária³.

A Programação Orçamentária Trimestral⁴ é responsabilidade do dirigente de cada Órgão, que com base nos valores das dotações definidas pelos anexos da Lei Orçamentária, deverá adequar a sua programação orçamentária, de forma a melhor viabilizar as ações constantes de seu Plano de Trabalho, nos termos definidos pela atual Administração obedecendo sempre:

1. o montante de cada quota trimestral estabelecido para o órgão
2. o limite da dotação disponível por elemento econômico, observadas as eventuais alterações orçamentárias procedidas por suplementação ou redução, mediante lei ou decreto e, da mesma forma, as alterações dos valores da quota de regularização, nos termos do Decreto de Execução Orçamentária;
3. O montante disponível estabelecido para cada atividade ou projeto, aprovado no Orçamento, observadas as eventuais alterações procedidas nos termos do Decreto de Execução Orçamentária;
4. As disposições contidas na Lei Federal no. 4.320/64, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e demais legislações que disciplinam a execução da despesa Pública.

A Reserva Orçamentária é o procedimento administrativo previsto na Lei Federal no. 8.666/93, que precede a realização da despesa e que abate, contabilmente, parcela da dotação orçamentária autorizada, até o limite desta e compatibiliza com a quota trimestral de cada órgão.

Toda solicitação de reserva de despesa deverá ser acompanhada:

1. da requisição de compras⁵ de bens e/ou serviços devidamente preenchida (data, objeto detalhado, finalidade da despesa, número da dotação, conta corrente para os recursos vinculados, saldo atualizado da dotação naquela data, valor estimado da despesa com as respectivas cotações de preços, assinatura do Secretário);
2. do respectivo processo administrativo e/ou de compra, quando se tratar de contratos em andamento, inclusive para os casos em que houver necessidade de aditamento de valor.

Toda solicitação de reserva de despesa deverá ser encaminhada para análise e aval da Comissão de Execução Orçamentária.

Nenhuma solicitação de reserva será recebida ou terá prosseguimento na Secretaria de Finanças sem a análise prévia e autorização da CEO.

A CEO estabeleceu comò rotina duas reuniões semanais ordinárias de despachos internos ou com os órgãos da Administração.

Solicitações de Reserva em consonância com o Plano de Governo, Orçamento Participativo e presentes na Programação Trimestral são encaminhadas para Secretaria de Finanças para processamento de reserva orçamentária.

Solicitações de Reserva em desacordo com o previsto no Plano de Governo, no Orçamento Participativo ou na Programação Trimestral são avaliadas e discutidas com o órgão requisitante. Estas requisições, em função da

³ Todo o detalhamento de funcionamento Administrativo da CEO está especificado no Decreto em anexo.

⁴ Ver em anexo cópia de Planilha de Programação Orçamentária por Dotação e Função Programática.

⁵ Ver em anexo modelo da Requisição de Compras para bens e serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES

avaliação da CEO e das ponderações do órgão requisitante ou seguem para Secretaria de Finanças para processo de Reserva Orçamentaria ou retornam para o órgão requisitante como reserva não autorizada.

A possibilidade de avaliar e discutir as quotas trimestrais e as requisições com os órgãos requisitante não transforma a CEO ou as quotas orçamentarias em uma "camisa de força" que iniba as ações dos órgãos ou que perca a fundamental sensibilidade de entender as constantes mudanças que estão sujeitas as ações da Administração Pública.

As eventuais situações não resolvidas entre a CEO e as Secretarias são encaminhadas para deliberação superiores (Prefeita Municipal).

3. O programa, projeto ou atividade faz parte de outras iniciativas da mesma ou outras esferas de governo? Em caso afirmativo, descreva como se dá está ligação.

A CEO não faz parte de outro projeto ou atividade, entretanto tem características matriciais que devem ser ressaltadas.

A Comissão de Execução Orçamentaria é um projeto de Governo com características típicas de Projeto Matricial.

A estrutura da CEO prevê a envolvimento de 4 estruturas de Governo que são: Chefa de Gabinete da Prefeita, Coordenação do Planejamento Estratégico, Secretário de Finanças e Secretário de Administração.

Esta estrutura permite acompanhar de forma sistemática todas as etapas de construção dos projetos de Governo desde o planejamento inicial da Atividade - incluindo as discussões de prioridades do orçamento participativo, a execução de cada etapa específica estabelecidas por planejamento estratégico ou pacto de governo.

4. Indique o público-alvo. Quantos são, no momento, os diretamente beneficiados? Que percentual da clientela potencial isto representa? Como é feita a seleção dos beneficiários e como eles participam do programa, projeto ou atividade?

A referência inicial para se avaliar a atuação da Comissão de Execução Orçamentaria e o Público Beneficiário deve levar em consideração que a garantia de execução do Orçamento, dentro de uma proposta de equilíbrio das contas públicas, e seguindo os critérios estabelecidos no Plano Estratégico de Governo e no Orçamento Participativo, democratiza a execução orçamentaria, garante mecanismo de acompanhamento interno e externo através do Conselho do Orçamento Participativo e principalmente garante o atendimento das demandas por serviços públicos de qualidade ao conjunto dos Municípios.

Para entender isto de forma mais clara é necessário também entender a realidade do Município de Ribeirão Pires e sua Estrutura Orçamentaria Básica. (VER ANEXO TEXTO COMPLEMENTAR - INTRODUÇÃO A CEO)

5. Qual é o gasto orçamentario anual do projeto, programa ou atividade?

As Atividades da CEO estão incluídas nas atividades de rotina das esferas de Governo envolvidas e por ter custo real muito baixo não demanda apropriação de custo em separado.

6. Quantas pessoas estão diretamente envolvidas na operação de seu programa, projeto ou atividade?

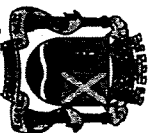
A CEO é composta por 4 (quatro) pessoas:

Chefe de Gabinete;

Secretário de Administração;

Secretário de Finanças, e;

Assessor Técnico - Responsável pela Coordenação do Planejamento Estratégico.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES

9. Quando e como foi originalmente concebido o programa, projeto ou atividade? Houve inspiração de iniciativa(s) anterior(es)? Qual(s)?

A CEO foi concebida como forma de suprir lacunas existentes nos mecanismos de acompanhamento de projetos tendo como base somente as Salas do Plano ou Salas de Situações que são a base de acompanhamento em Gestões Públicas que utilizam Planejamento Estratégico. É bom destacar que mecanismo de Gestão e Acompanhamento do Planejamento estratégico sempre foram problema em Administração Pública ou mesmo Sindical.

A proposta de criação da C. E. O. teve origem em Dezembro de 1.998, a partir da diretriz estabelecida pela Sra. Prefeita para que fosse realizado um ajuste fiscal visando o equilíbrio das contas públicas sem prejudicar os gastos sociais e as demais prioridades de governo.

Considerando que em 1.998 várias ações foram realizadas além do que fora originalmente planejado, além do déficit orçamentário de aproximadamente 9,3%, verificou-se a necessidade de estabelecer controles institucionalizados para analisar, notar e subsidiar as Secretarias no processo de execução orçamentária, à luz das prioridades de governo.

Cientes de que tal tarefa, quando realizada por uma única Secretarial (seja finanças, seja planejamento, por exemplo), conforme experiências conhecidas, implica forte resistência dos demais Secretários por entenderem que uma pasta teria supremacia sobre as demais, optou-se pela contribuição da C. E. O., caráter institucional: Chefe de Gabinete da Prefeita, Secretário de Administração, Secretário de Finanças e Assessor de Planejamento Estratégico.

10. Identifique as etapas-chave de implantação e como isto evoluiu e se modificou ao longo do tempo. Que incrementos foram sendo realizados desde o início de operação do programa, projeto ou atividade?

A CEO foi instituída pelo Decreto Municipal n.º 4.834/99 e mantida para o ano 2.000 pelo Decreto Municipal n.º 4.933/00, ambos de iniciativa da Prefeitura Municipal.

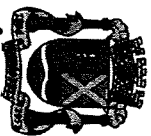
Início das atividades: Janeiro de 1.999 - Preparação dos formulários de programação trimestral das secretarias; reunião com secretários e/ou dirigentes, assessores, funcionários responsáveis pela execução orçamentária de cada secretaria. Os objetivos desta reunião foram: explicar o papel da CEO, o conteúdo do Decreto de Execução Orçamentária e os formulários para programação do 1º trimestre.

Ao final de cada trimestre, as secretarias apresentam à CEO a programação do trimestre seguinte, parametrizadas pelas respectivas quotas; a CEO não se restringe à análise dos formulários, mas mantém contato frequente com os secretários e/ou representantes das secretarias para elucidar dúvidas e apresentar as análises realizadas.

Marco de 1.999: reunião coordenada pela Prefeita e pela CEO com os secretários e Gerentes de todas as Secretarias visando apresentar a situação financeira da Prefeitura e estabelecer um pacto de governabilidade que visava:

- a) garantir o esforço conjunto para viabilização do ajuste fiscal iniciado em Dezembro /1.998;
- b) a agregação de esforços para que as prioridades de governo pudessem ser atingidas sob o cenário do ajuste fiscal.

Julho de 1.999: diante de um quadro de pressão de despesas na programação do 3º trimestre, à luz da realização dos 1º e 2º trimestres, a CEO informou a Prefeita que promoveu uma série de reuniões com as secretarias visando "corrigir a rota" das despesas, tornando como referência o pacto de Março/99. Além disso novas medidas de natureza judicial, foram adotadas em Agosto/99 visando incrementar o ajuste fiscal, mais precisamente: ação contra a retenção compulsória do FUNDEF e ação contra PASEP.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES

Novembro e Dezembro de 1.999 e Janeiro de 2.000: nova rodada de reuniões foi realizada com o objetivo de monitorar o processo de avaliação do estágio das despesas no final do exercício de 1.999, bem como programar as despesas do 1º trimestre de 2.000;

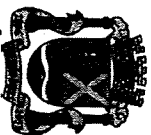
Um instrumento importante foi introduzido para 2.000: o sistema informatizado de controle de quotas trimestrais;

11. Descreva os principais obstáculos enfrentados até o momento. Como se lidou com tais obstáculos? Quais deles ainda persistem?

Um obstáculo diz respeito ao sistema informatizado de controle. Implantado em 2.000, vem apresentando necessidades de ajustes, porém a empresa responsável é pouco ágil no atendimento das necessidades da Prefeitura.

Outro obstáculo, relacionado ao anterior, refere-se a falta de integração entre o sistema de cotas e as programações trimestrais das secretarias.

Finalmente, uma outra dificuldade refere-se a inexistência de uma cultura de trabalho baseada na programação trimestral de despesas. Além disso, inicialmente os secretários estavam entendendo que a ação da CEO representava uma ingerência sobre as suas Secretarias. A partir de 2.000, o papel da Comissão foi sendo melhor compreendido.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES

12. Que mecanismos de avaliação estão sendo utilizados para medir o sucesso do programa, projeto ou atividade? Forneça os resultados (quantitativos e qualitativos) do último ano de operação do programa, projeto ou atividade.

A realização das prioridades de governo, especialmente dos investimentos sociais, concomitantemente as medidas do ajuste fiscal e a redução do déficit orçamentário são os principais indicadores de eficácia/eficiência e de avaliação dos resultados da CEO.

O que norteou a atual gestão desde 1997 foi o da programação orçamentária em bases reais, isto é, orçamento nunca foi considerado por nós uma peça de ficção (situação verificada no orçamento de 1996 e repetida no orçamento herdado pela atual gestão para 1997), mas sim expressão do planejamento governamental pautado pela adequação da capacidade de realização em função da capacidade de arrecadação.

Como comprovação da afirmação anterior, o grau de arrecadação (indicador que mede a relação entre receita efetivamente arrecadada e a receita estimada no orçamento) atingiu 98,2% em 1999; o mesmo ocorreu se analisarmos o grau de realização (indicador que mede a despesa realizada em relação à despesa fixada no orçamento) que atingiu 99,5%. À guisa de exemplo, em 1996, esses mesmos indicadores correspondiam a pouco mais de 50%.

Um instrumento importante para o cumprimento dessa diretriz foi o Decreto de Execução Orçamentária, implantado a partir de 1999 e que tem por finalidade disciplinar a execução orçamentária visando atender os dispositivos da lei orçamentária anual e, conseqüentemente, da lei de diretrizes orçamentárias.

Resultados:

I - Execução Orçamentária

A execução orçamentária foi efetuada em consonância com os dispositivos da Lei Federal Nº 4320/64, que estatui normas gerais de direito financeiro à elaboração e controle dos Orçamentos e Balanços da União, Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

A Lei Municipal Nº 4214, de 17 de Dezembro de 1998, aprovou o Orçamento do Exercício de 1999, estimando a receita e fixando a despesa em R\$ 43.489.167,10 (Quarenta e Três Milhões, Quatrocentos e Oitenta e Nove Mil, Cento e Sessenta e Sete Reais e Dez Centavos).

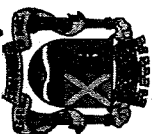
Considerando que a execução orçamentária no decorrer do exercício foi de R\$ 43.290.946,81 (Quarenta e Três Milhões, Duzentos e Noventa Mil, Novecentos e Quarenta e Seis Reais e Oitenta e Um Centavos), houve uma economia orçamentária de R\$ 198.220,29 (Cento e Noventa e Oito Mil, Duzentos e Vinte Reais e Nove Centavos).

II - Receita

A receita orçamentária total arrecadada foi de R\$ 42.724.013,99 (Quarenta e Dois Milhões, Setecentos e Vinte e Quatro Mil e Treze Reais e Noventa e Nove Centavos), o que representou 98,2% da receita orçamentária estimada (melhor índice dos últimos anos).

Esse fato refletiu a diretriz básica adotada pela Administração Municipal da programação orçamentária em bases reais, isto é, o orçamento não foi uma peça de ficção, mas sim expressão do planejamento governamental pautado pela adequação da capacidade de realização em função da capacidade de arrecadação.

Receita	1996 - R\$	1997 - R\$	1998 - R\$	1999 - R\$
Estimada	63.751.414,36	60.000.000,00	47.500.000,00	43.489.167,10



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES

Arrecadada	48.400.906,04	43.037.636,18	39.408.987,88	42.724.013,99
Diferença	15.350.508,32	16.962.363,81	8.091.012,12	765.153,11
Grau de Arrecadação	75,9%	71,7%	83%	98,2%

Analisando-se a arrecadação municipal, verificamos que houve um crescimento de 8,41% comparativamente a 1998 (abaixo da inflação), sendo que as Receitas Tributárias e as Transferências Correntes totalizaram R\$ 36.130.042,69 (Trinta e Seis Milhões, Cento e Trinta Mil e Quarenta e Dois Reais e Sessenta e Nove Centavos), o que representou 85% da receita arrecadada e um crescimento de 5,72% em relação a 1998 (também abaixo da inflação).

Apresentamos a seguir uma tabela comparativa com algumas rubricas da receita dos dois últimos anos:

Receita	1998 - R\$	1999 - R\$	Diferença - R\$	Variação
ICMS	15.164.125,14	13.911.018,30	(1.253.106,84)	(8,26%)
IPVA	1.845.244,19	1.776.416,49	(68.827,70)	(3,73%)
FPM	5.420.755,65	6.460.192,49	1.039.436,84	19,18%
IPJU	2.253.960,67	4.812.167,54	2.258.206,87	113,50%
Dívida Ativa	1.594.902,27	2.035.055,27	440.153,00	27,60%

Convém destacar que a queda do ICMS era prevista devido a redução do índice de participação do município. A redução do valor adicionado na cidade reflete uma tendência verificada na região do Grande ABC provocada pela combinação da retração da atividade econômica nacional com o processo de "guerra fiscal" entre Estados, conforme comentado anteriormente na apresentação.

A cidade tornou-se Estância Turística em Dezembro de 1998, o que possibilitará o ingresso de outras fontes de receita a partir de 2000.

Quanto ao IPTU, seu crescimento foi derivado da alteração promovida na legislação municipal em Dezembro de 1998.

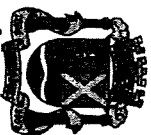
Finalizando, a receita da dívida ativa teve um crescimento significativo devido a continuidade da política de combate à inadimplência iniciada em 1998. Algumas ações desenvolvidas em 1999:

- Encaminhamento de boletos de cobrança aos devedores de tributos até 1998;
- Envio de correspondência alertando para existência de parcelas em atraso do IPTU de 1999;
- Envio de correspondência aos contribuintes com parcelas em atraso do Termo de Acordo e Novação da Dívida
- Inscrição na Dívida Ativa e encaminhamento para ajuntamento dos débitos fiscais a partir de 1995;
- Continuidade do processo de mudança e implantação do sistema informatizado, com incorporação do cálculo das despesas moratórias segundo a legislação vigente, que representou um acréscimo dos valores a receber.

III - Despesa

A despesa empenhada no exercício de 1999 foi de R\$ 43.290.946,81 (Quarenta e Três Milhões, Duzentos e Noventa Mil, Novecentos e Quarenta e Seis Reais e Oitenta e Um Centavos), o que representou um grau de realização de 99,5% da despesa fixada (melhor índice dos últimos anos) e significou um crescimento de apenas 0,5% em relação a 1998 (muito abaixo da inflação do período).

Despesa	1996 - R\$	1997 - R\$	1998 - R\$	1999 - R\$
Fixada	63.751.414,36	60.000.000,00	47.500.000,00	43.489.167,10
Realizada	36.194.014,56	41.486.156,67	43.071.317,44	43.290.946,81
Diferença	27.557.399,80	18.513.843,33	4.428.682,56	198.220,29
Grau de Realização	56,8%	69,1%	90,7%	99,5%



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES

Esse resultado confirma que a programação orçamentária foi realizada em bases reais, adequando-se à capacidade de arrecadação e visando atingir o equilíbrio econômico-financeiro da Municipalidade. Em outros termos, o orçamento municipal não foi uma peça de ficção nos exercícios de 1998 e 1999, expressando uma mudança de cultura implantada pela atual gestão.

É importante destacar que os gastos com pessoal e reflexos totalizaram em R\$ 22.727.581,71 (Vinte e Dois Milhões, Setecentos e Vinte e Sete Mil e Quinhentos e Oitenta e Um Reais e Setenta e Um Centavos), o que correspondeu 54% das receitas correntes, abaixo do limite máximo constitucionalmente estabelecido.

A aplicação no ensino superou o mínimo exigido de 25% das receitas de impostos, empenhando-se R\$ 9.185.211,54 (Nove Milhões, Cento e Oitenta e Cinco Mil e Duzentos e Onze Reais e Cinquenta e Quatro centavos), o que representou uma aplicação a maior de R\$ 832.088,10 (Oitocentos e Trinta e Dois Mil e Oitenta e Oito Reais e Dez Centavos). Os valores pagos no exercício totalizaram R\$ 7.944.913,28 (Sete Milhões, Novecentos e Quarenta e Quatro Mil e Novecentos e Treze Reais e Vinte e Oito Centavos), sendo que a diferença em relação à aplicação mínima obrigatória ficou depositada em conta bancária específica para efetuar os pagamentos em 2000.

Demonstrativo Aplicação no Ensino	Valor R\$
A) Receita de Impostos	
B) Aplicação Obrigatória – 25%xA	33.412.493,75
C) Total Aplicado (Despesa Empenhada) – 27,5%	8.353.123,44
D) Aplicação a maior (C-B)	9.185.211,54
E) Despesa Paga	832.088,10
F) Saldo a pagar em relação à aplicação obrigatória depositado em conta bancária vinculada (B-E)	7.944.913,28
G) Total de Restos a Pagar (C-E)	408.210,16
	1.240.298,26

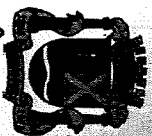
Finalizando, o déficit orçamentário, monitorado de forma sistemática pela CEO, foi de R\$ 566.932,82 (Quinhentos e Sessenta e Seis Mil, Novecentos e Trinta e Dois Reais e Oitenta e Dois Centavos), o que representou 1,3% da receita arrecadada (melhor resultado efetivo dos últimos anos), significando uma situação de equilíbrio entre despesa e receita.

13. Qual é a mais importante conquista de seu programa, projeto ou atividade até o momento (cite apenas uma; aquela que, na sua opinião, é a mais importante)?

A Comissão de Execução Orçamentária tem por principal resultado ter conseguido cumprir efetivamente seu objetivo central que é democratizar a execução orçamentária municipal mantendo parâmetros de controle que se baseiam na análise e avaliação da contratação de despesas em relação ao Plano de Governo que está expresso nas Diretrizes Orçamentárias, nas programações orçamentárias, nas prioridades levantadas pelo Orçamento Participativo e nos valores das quotas trimestrais de cada Órgão fixadas pelo Decreto de Execução Orçamentária. A adequação e o controle orçamentário vem permitindo a Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires manter, e em alguns casos ampliar, serviços públicos para o conjunto da Municipalidade em um cenário de perda sistemática de receita de transferências constitucionais. **Neste contexto, o Orçamento Público deixou de ser uma peça de ficção, transformando-se em importante instrumento de uma ação claramente planejada.**

Ano	Realização da Receita ⁶ (%)	Realização da Despesa (%)
1996	52,46	56,77
1997	64,88	69,14
1998	82,97	90,68
1999	98,24	99,54
2000 (Meta)	100,00	100,00

⁶ Não incluído no cálculo de percentual a rubrica cancelamento de restos a pagar para os anos 1996 e 1997



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES

15) Mesmo que seu programa, projeto ou atividade não focalize especificamente a questão da pobreza, como você avalia seu impacto sobre esta questão?

16) Qual o impacto de seu programa, projeto ou atividade sobre a questão da cidadania?

RESPOSTA CONJUNTA QUESTÕES 15 E 16

Em primeiro lugar é importante destacar que o ajuste fiscal proporcionou a redução do déficit orçamentário e equilíbrio das contas públicas sem prejuízo dos investimentos sociais.

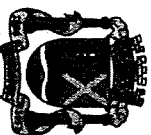
A Programação prévia do orçamento e os mecanismos de controle complementares implantados com a CEO fortalece e estimula a prática do Orçamento participativo e da participação popular.

Os mecanismos de controle da CEO aliados ao Orçamento Participativo ampliam e aprofundam a democracia e desenvolvem a cidadania na medida em que estabelecem um claro controle social sobre as ações de Governo, reduzindo a possibilidade de clientelismo e da execução de atividades não planejadas e priorizadas, criam a co-participação entre distintas instâncias de Governo e a população e, durante o processo de desenvolvimento foram aprimoradas as regras de discussão, deliberação e acompanhamento orçamentário das prioridades pactuadas entre Governo e Conselho do Orçamento Participativo.

A prestação de contas da Execução Orçamentária, realizada nas plenárias do Orçamento Participativo, garante um caráter transparente e democrático para a Administração Pública. Hoje, com os mecanismos de acompanhamento e controle orçamentário estabelecidos com a criação da CEO todos os membros do Governo envolvidos em cargos de Planejamento e Gerência tem condição de mostrar de forma clara e transparente para o conjunto dos munícipes o que ser realizado e quais são as fontes de recursos.

Neste contexto, por exemplo, a Gerência de Cidadania, tendo clara noção da disponibilidade orçamentária e financeira para o ano de 1999 e 2000 para ações de combate e enfrentamento a pobreza, elaborou junto com o Conselho Municipal de Assistência e o Conselho Municipal da Criança e Adolescente planos municipais de Assistência Social com coerência e consistência e dentro da realidade específica do Município e com clara possibilidade de ser executado. O investimento total só em Assistência Social, nos últimos dois anos, discutido com os Conselhos foi da ordem de R\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de reais).

Por mais que as ações da CEO não sejam atividades fim vinculadas a consolidação da Cidadania e ao Enfrentamento a Pobreza viabilizaram de forma direta a Participação Popular e a implantação ou manutenção de Programas vinculados diretamente a estas duas temáticas.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES

ANEXOS

1. **Introdução a Comissão de Execução Orçamentária**
2. **Decreto de Execução Orçamentária 2000**
3. **Cópia das laminas de prestação de Contas para participantes do Orçamento Participativo;**

Introdução a Comissão de Execução Orçamentaria - CEO:

O município de Ribeirão Pires vem sofrendo os impactos da crise econômica nacional. A adoção de uma política econômica recessiva e a ausência de uma política industrial por parte do governo federal estão provocando a queda da arrecadação do ICMS, cuja transferência representa o principal item da receita do município. A recessão e a "guerra fiscal" entre os Estados atingiu também Ribeirão Pires, provocando uma diminuição significativa do valor adicionado gerado no município.

Esta questão se agrava pelo fato de Ribeirão Pires ter 100% de seu território em área de proteção aos mananciais, o que restringe a entrada de novas indústrias ou a ampliação das atividades existentes. Por isso a atual gestão, desde o início de 1997, vem adotando medidas que promovam a reconversão econômica do município, viabilizando o turismo como alternativa para o desenvolvimento sustentado. Neste sentido, os investimentos realizados pelo município e a transformação de Ribeirão Pires em Estância Turística no final de 1998 são exemplos desse processo.

A situação do município foi agravada com a entrada em vigor do FUNDEF em 1998, que reteve R\$ 3,1 milhões (15% das transferências de ICMS/ IPI/ FPM). O retorno foi de R\$ 664.213,45, o que representou pouco mais de 20% do valor retido e cerca de R\$ 655,00 por aluno/ ano, abaixo do custo estimado de R\$ 1.100,00 por aluno/ano. Por força de liminar obtida na Justiça⁷ no final de Julho passado, tal retenção deixou de ocorrer.

Depreende-se dessas informações um quadro de "asfixia financeira" diante da ampliação das despesas, quer aquelas promovidas pelas gestões passadas, quer aquelas decorrentes do quadro de desemprego (que na região do ABC supera 20%). A guisa de exemplo, os gastos com saúde estão representando cerca de 21% das receitas correntes, sendo que mais de 70% são financiados com recursos próprios.

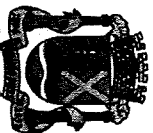
Diante do cenário apresentado , a Prefeitura tem adotado uma série de medidas e ajustes envolvendo a receita e a despesa visando o equilíbrio das contas públicas. Na área da despesa, foram promovidos ajustes que representaram a partir de 1999 uma economia anual de aproximadamente R\$ 4 milhões.

Na área da receita, intensificou-se o processo de cobrança da dívida ativa através do aprimoramento da legislação de parcelamento e da realização de campanhas anuais de combate à inadimplência. Além disso, estão sendo encaminhadas para cobrança judicial todas as dívidas não pagas e a previsão para o final do presente exercício é que todas as dívidas até 1999 estejam ajuzadas.

Aprimorou-se também a legislação do IPTU para 1999, visando fortalecer as receitas próprias através do estabelecimento de justiça tributária, eliminando-se tanto a regressividade que impunha uma sobrecarga fiscal sobre os contribuintes proprietários de imóvel de menor valor venal, quanto as ações judiciais contestatórias do lançamento das taxas pela prestação de serviço (lixo, conservação , etc.).

Esse conjunto de medidas tem evitado uma queda das receitas próprias, bem como maior racionalidade dos gastos públicos.

⁷ A ação contra a retenção/contribuição para o FUNDEF foi um dos ajustes propostos pela CEO para o ano de 1999/2000. O Governo Federal teve rejeitada todos os pedidos encaminhados a Justiça Federal de São Paulo para cassar a liminar e retomar a retenção/contribuição ao FUNDEF, no caso do Município de Ribeirão Pires.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES

A gravidade da crise financeira e os efeitos negativos das altas taxas de juros sobre as dívidas não implicaram uma política de "empurrar com a barriga" as pendências do município. Pelo contrário, nos últimos anos foram alocados em média 10% da receita do município para pagamento de dívidas.

Este fato demonstra a política adotada pela atual gestão de buscar uma solução que represente a efetiva possibilidade de honrar com os compromissos assumidos sem inviabilizar os serviços a serem prestados à população.

A Prefeitura concluiu no final de 1999 a renegociação de parte da dívida fundada nos termos previstos pela Medida Provisória nº 1891-7. Além disso, a situação de adimplência relativa ao INSS, FGTS e o PASEP habilitou o município a obter linhas de financiamento junto à União (PROSAMAMENTO e REFORBUS) e ao Estado (FUMEF). A transformação de Ribeirão Pires em Estância Turística no final de 1998 também possibilitará ao município receber recursos específicos do Governo Estadual, a partir dos projetos encaminhados pela Prefeitura.

É importante ressaltar que a programação e o controle orçamentário visam, de forma direta, garantir um novo patamar dos serviços prestados à população pela Prefeitura, cujo processo foi iniciado em 1997, representam o compromisso da atual gestão com a universalização do acesso aos serviços públicos apresentam a seguir alguns dados atuais ilustrativos:

- a. **Na área de educação os seguintes números de alunos matriculados: 897 nas creches, 2197 nas EMES e 1588 no Ensino fundamental. Quanto ao ensino profissionalizante, o número de alunos matriculados totaliza em média 600 por trimestre. Outro grande avanço na área educacional; foi a implantação do MOVA (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos), que atualmente conta com 827 alunos matriculados em diversas regiões da cidade.**
- b. **Na área de cultura, as oficinas de dança, música e teatro contam atualmente com 1770 alunos matriculados; e na área de esporte e lazer, as matrículas totalizam 1411.**
- c. **Na área de saúde, a cada seis meses são realizados 134.910 consultas, 46.837 atendimentos odontológicos, 366.174 ações de vigilância epidemiológica, imunização e atos não médicos, 58.584 exames laboratoriais e de diagnósticos por imagem, 3.795 atendimentos de fisioterapia, 65 atendimentos de outras terapias especializadas e 519 internações hospitalares. Vale ressaltar também que o Hospital Municipal está sendo ampliado⁸ para se transformar na primeira maternidade Pública do Município.**
- d. **Na área de obras e serviços municipais, a coleta de lixo domiciliar atingiu 2300 toneladas por mês, o serviço de tapa buracos totalizou 28.500m² em 1999 e o Parque Municipal Milton Marinho de Moraes, recuperado pela atual administração, recebe em média 2500 visitantes por mês.**
- e. **Na área do desenvolvimento sustentado, o SOAE⁹ atendeu 720 pessoas neste ano e o PAT realizou 24.263 atendimentos neste ano distribuídos em 04 modalidades (cadastro de empresas, cadastro de candidatos, emissão de carteiras profissionais e seguro desemprego).**

Os projetos de investimentos foram definidos em vários ciclos de reuniões com a comunidade, plenárias realizadas em (12) doze regiões da cidade, das quais foram eleitos representantes da população, que constituem hoje o Conselho Municipal do Orçamento, que tem como atribuição acompanhar e fiscalizar a aprovação e a execução do Orçamento.

⁸ A ampliação do Hospital e a implantação de Maternidade Pública foi uma demanda apresentada e aprovada no Orçamento Participativo de 1997, a previsão de inauguração é maio de 2000.

⁹ SOAE - Serviço de Orientação ao Empresário - Órgão da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável.